

ENTREVISTA COM LIMEIRA TEJO, CLAUDIO ACCURSO E PAULO SCHILLING*

Mario Baiocchi —Primeiramente, eu gostaria de colocar, de uma forma ampla, o objetivo de nossa mesa redonda: o de tentar reconstituir a época em que vocês escreveram os artigos a serem publicados e, a partir daí, fazer uma ponte, procurando situar as suas posições atuais em relação à economia gaúcha, que é o centro de nosso debate.

Em termos operacionais, resolvemos dividir este encontro em três momentos, que, evidentemente, não serão rígidos. Num primeiro momento, tentaríamos reconstituir a trajetória de vocês naquilo que julgam, pessoalmente, mais essencial na motivação que tiveram ao escrever os artigos, situando-os dentro do contexto da época, e também, se for o caso, justificar algum posicionamento básico. O segundo momento seria então uma discussão mais direta dos textos, especificamente voltada ao conteúdo dos mesmos. E, no terceiro momento, que seria mais livre, gostaríamos de ouvir uma opinião de vocês sobre o momento da economia gaúcha e, em termos mais amplos, da economia nacional.

Limeira Tejo — Eu sou nordestino e fui deportado para cá, pois naquele tempo também se deportava. Então, comecei a ver coisas que os gaúchos não viam, porque estavam dentro da floresta, mas que para mim eram novidades. Comecei a estudar geografia do Rio Grande do Sul. A maior parte dos gaúchos não sabe, por exemplo, que o sol corre no horizonte desde o nordeste até o sudoeste; não sabe que o rio Uruguai é um rio antibrasileiro, pois quem domina a foz do rio é quem domina o rio e quem domina o rio é Buenos Aires, porque domina o estuário do Prata. Os dois rios nacionais são o Taquari e o Jacuí. Com a colonização nesta área, primeiro a alemã, depois a italiana, o rio Uruguai foi incorporado a Porto Alegre, tornando-a um pólo nacionalista. Entretanto houve aí um erro, porque Porto Alegre era um porto no fundo de um saco na lagoa; o centro de gravidade econômica do Rio Grande do Sul era o porto de Rio Grande. Então, construiu-se a estrada de ferro fazendo uma volta enorme para sair de Porto Alegre e ir para Rio Grande. Tem gente querendo, há muito tempo, fazer de Porto Alegre um porto de mar, querendo fazer uma ligação da Capital ao mar, mas isso já existe: a Lagoa dos Patos está aí, de graça. Mas Porto Alegre está praticamente sitiada, pois atrás tem a Serra do Mar, que só foi vencida com a BR-116 depois de muito tempo. Então, você vê que Porto Alegre é uma província isolada. As duas sessões do Rio Grande do Sul no sentido paralelo, não se comunicam; a zona da serra e a zona da campanha e do Planalto Central não se intercomunicam. O plano rodoviário foi feito paralelo a todas as outras vias férreas e hidroviárias do Estado e, portanto, não

* Entrevista conduzida por Enéas Costa de Souza, Mário Baiocchi, Nelson Castan e Rubens Soares de Lima em setembro de 1982. O trabalho de transcrição é de Ana Lúcia da Silva e Flora Idalina Casteli com revisão final de Roselane Vial Giacobone e Rubens Soares de Lima.

completou ou complementou nada. Assim, tudo vinha para Porto Alegre, para depois descer para Rio Grande, havendo um desperdício tremendo de transporte. Quando quebrou a Ponte do Socorro, Porto Alegre ficou isolada, pois não tinha ainda a BR-101.

Há outra dicotomia no Rio Grande do Sul que é a climática; há duas correntes de clima, uma que vem dos Andes e entra pela zona de Uruguaiana, e outra que vem do Pólo Norte e entra por Jaguarão. Essas duas correntes entram alternadamente no Estado; uma entra de um lado do rio e a outra de outro, então não há um só clima, quando aqui está quente na outra zona está frio. Quando as duas entram juntas é um desastre; entraram juntas em 1965 e arrasaram telhados, a ponte do Passo do Socorro; foi terrível. Essas grandes dicotomias é que o Rio Grande do Sul precisa vencer. Outra coisa, também, é o problema da terra. Aqui não existe propriamente o latifúndio, ele é feito por anexação de outras terras: compras, invasão e questões judiciais. Agora, o minifúndio é o pior, o minifúndio não dá para sustentar um casal, quanto mais uma família. Então acontece este êxodo rural, está aí esta transplantação de famílias para a Amazônia, para Rondônia. Uma vez eu apresentei um plano para fazer um condomínio da pequena propriedade de até no mínimo 200 hectares, onde cabe o trabalho da máquina, pois abaixo disso a máquina fica ociosa. Mas disseram que era folclore, ainda mais que não havia dinheiro. Eu tinha a idéia, por exemplo, de pegar várias pequenas propriedades, juntá-las numa grande propriedade e aí fazer agrovilas, agroindústrias, caminhos vicinais dentro da propriedade, cidadezinhas pequenas com todo o conforto: cinema, televisão, piscina etc., e não uma casinha no fundo de um rancho. Quando Passo Real, por exemplo, ia inundar aquela zona toda, desapropriaram o pequeno proprietário e desapropriaram outras propriedades que havia por lá para repartir. Então eu gritei: por favor, deixem os 5.000ha, nós temos que pensar na grande propriedade, na era tecnológica, não tem sentido a pequena propriedade, ela é deficitária. Assim, o problema do Rio Grande do Sul é acabar com o déficit da pequena propriedade e aumentar a produtividade da grande propriedade. Sabe quanto se cria aqui no Estado? Uma cabeça de gado por hectare. Na Nova Zelândia eles criam 18; aqui mesmo, no Uruguai e no Chile, são seis e oito. É uma cultura extensiva, em terras caríssimas. Isso pode ser feito no Mato Grosso, onde a terra é barata. Então, o problema do Rio Grande do Sul é o de aumentar a produtividade e acabar com o déficit dos latifúndios, e o problema é sério, porque se baseia na terra. Isso do Brizola dizer que mandávamos 10 caminhões de feijão para receber um televisor, não quer dizer nada. O feijão pode ser uma cultura muito mais lucrativa do que fabricar televisores. Além disso, o problema não era esse, pois nós mandávamos sapatos para São Paulo, mandávamos até equipamento agrícola para São Paulo, farinha de trigo, soja, óleos, e recebíamos tomates, legumes, frutas e ovos, pois no Rio Grande do Sul não se encontrava nada disso.

Paulo Schilling — Esse trabalho que a FEE pretende editar é um dos quatro trabalhos que elaboramos na época, todos eles vinculados ao problema da terra no Rio Grande do Sul. O primeiro se chama "O Trigo e o Latifúndio", folheto editado pela Livraria Farroupilha, onde, pela primeira vez, se enfocava esse confronto que havia entre o trigo e a pecuária. O trigo representando um tipo de exploração agrícola mais avançado, no estilo "plantation" norte-americana, mais tecnificada, com muito maior produtividade por hectare do que a pecuária tradicio-

nal. Este texto foi uma conferência que eu fiz no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1959, resumindo muito da nossa experiência, fundamentalmente na organização dos triticultores do Rio Grande do Sul. Devido à política desenvolvimentista de Juscelino para industrializar o País a qualquer preço, sem considerar os outros aspectos como o social e o nacional, haviam sido firmados os chamados Acordos do Trigo Norte-Americano. Os Estados Unidos estavam, na época, com 40 a 50 milhões de toneladas de trigo excedente, não havia sequer condições de armazenar este produto; eles o deixavam em pirâmides ao ar livre. Então, no que deve ter sido uma das maiores manobras de "dumping" do mundo capitalista, os Estados Unidos ofereceram, pela primeira vez na história, este trigo para ser pago em cruzeiros e não em dólares, com quarenta anos de prazo. Nesta época, as lavouras de trigo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, de forma incipiente, do Paraná já começavam a se desenvolver. Em 1956, a produção já alcançava 800 mil toneladas, quase a metade do consumo nacional. Logo, esta manobra americana praticamente liquidou a lavoura de trigo no Rio Grande do Sul. Imaginem, no meio de uma colheita, começar a chegar uma quantidade massiva de trigo americano. Certa vez, chegou a haver uma fila de 80 navios descarregando trigo no porto de Santos.

Pois bem, isso alimentou aquele sentimento nacionalista que havia aqui no Estado. Esse movimento do trigo que evoluiu para a soja, e que pesa bastante mais nesse conjunto, passou a assumir uma característica de defesa também da nacionalidade. Foi um movimento nacionalista muito interessante, que começou a se estruturar organicamente. Com alguns companheiros, Danilo Romero, de Bagé, Alfredinho Westphalen, de Cruz Alta, Walter Graeff, de Carazinho, só para citar alguns, começamos a organizar as associações. Em primeiro lugar, as associações dos triticultores, exatamente para defender os interesses desse setor de classe; numa segunda etapa, partimos para a organização das cooperativas de trigo, iniciando então a FECOTRIGO que hoje é essa potência, mesmo com suas deformações, que é o problema do cooperativismo dentro do sistema capitalista.

Para citar outro caso que surgiu também nesta época, temos a COTRIJUÍ que é a maior do Terceiro Mundo e uma das maiores do mundo. Tudo isso surgiu desse movimento de produtores, com uma filosofia nacionalista que partiu daquela idéia de Getúlio de que plantar trigo era a riqueza dos campos. Posteriormente, quando Brizola assumiu o Governo do Estado, convidou-nos para participar de sua assessoria e dirigir o setor agrário. Aí vem um pouco do que o Dr. Limeira Tejo fez referência: o problema dos sacos de trigo por trator. Aquilo foi um trabalho feito, fundamentalmente, pelo meu setor na assessoria de Brizola, onde, matematicamente, se provava que o Estado estava sendo vítima de um processo de descapitalização.

Limeira Tejo — Desde que o Estado saiu da economia doméstica, que se auto-abastecia, começou a se descapitalizar.

Paulo Schilling — Porque todos os produtos que o Rio Grande do Sul exportava para o mercado interno estavam sujeitos à COFAP que era o organismo de controle de preços na época.

Limeira Tejo — Protegiam o arroz de Goiás e não o do Rio Grande do Sul.

Paulo Schilling — Então, o que o Rio Grande do Sul produzia estava tabelado, e o que nós comprávamos fora tinha preço livre, quer dizer que, efetivamente, o produtor no Rio Grande do Sul necessitava vender quantidades cada vez maiores para comprar a mesma quantidade de produtos industrializados. Isso acontece também a nível internacional, entre os países centrais, industrializados, e os países periféricos de economia agrícola. Quando conseguimos terminar aquele trabalho, que se tornou um livro meu chamado "A Crise Econômica no Rio Grande do Sul", fizemos toda uma série de gráficos mostrando como se processava o que se chamava de "imperialismo interno". De certa maneira, isso era pior do que o que ocorria a nível internacional, porque, nesse nível, à medida que um país desenvolve um mínimo de consciência nacional, ele tem medidas para se defender: tarifas alfandegárias e uma política cambial protecionista. Dentro do mesmo país é absolutamente impossível usarmos sequer medidas protecionistas. Então, efetivamente, o Rio Grande do Sul estava sendo espoliado.

Limeira Tejo — Na república velha, havia esse protecionismo, pois cada Estado tinha uma barreira. Eram autônomos.

Paulo Schilling — Pois bem, nos nossos estudos na assessoria do Estado chegamos ao ponto de mostrar que se o Rio Grande do Sul exportasse seus produtos ao mercado internacional teria uma situação bem melhor do que tinha dentro da União. Tivemos, inclusive, um momento perigoso, pois Brizola, lá pelas tantas, estava na base da República Piratini quase que propondo a nossa separação, já que os paulistas estavam nos explorando. Evidente que era uma tese equivocada, e tivemos que provar a ele que o problema não eram os paulistas e sim as transnacionais, na época se falava em multinacionais.

Limeira Tejo — O Rio Grande do Sul tem uma história que contraria a geografia. A fronteira nacional do Brasil é o Prata, o Uruguai. Repare que o Rio Grande do Sul e o Uruguai formam uma ilha.

Paulo Schilling — Concordo com o senhor, o Rio Grande do Sul é muito mais rio-platense do que brasileiro.

Limeira Tejo — Porto Alegre era uma ressonância da Argentina, a emissora de rádio que se ouvia aqui era da Argentina, as revistas eram argentinas, as pessoas, quando tinham dinheiro para fazer uma viagem, iam para a Argentina, que era muito mais fácil do que ir para o Rio de Janeiro.

Paulo Schilling — Não há dúvida nenhuma, estamos na contramão dentro do Brasil. Pois bem, com todos aqueles números que nós alinhamos, Brizola chegou àquele ponto da República Piratini, porque se nós exportássemos para o exterior, não há dúvida que o nível do mercado gaúcho iria duplicar, triplicar. Felizmente, conseguimos mostrar que não era essa a solução. O problema era muito mais amplo, pois havia um processo de imperialismo que, apesar de beneficiar paulistas em geral, inclusive a classe trabalhadora, penalizava o País como um todo. Então, conseguimos mostrar que o inimigo não era o paulista e sim o norte-americano, o imperialismo. Elaboramos um gráfico que ilustrava, ou tratava de resumir, o processo existente: o mapa do Brasil com um imaginário sistema hidroviário, todos os rios correndo do nordeste, do sul e do oeste para o eixo Rio/São Paulo. À medida que esses rios fossem correndo nesta direção imaginária, todas as áreas periféricas iriam trans-

formando-se em deserto, se iriam pauperizando, enquanto que no Rio e em São Paulo, onde se concentrava a maior parte da renda nacional, formava-se um enorme lago. Mas o processo não terminava aí, e para conseguirmos convencer Brizola de que não era tão simples assim, desenhamos, ao lado do Rio e de São Paulo, uma bomba de sucção, que levava esta água para os Estados Unidos, porque senão teríamos caído no absurdo processo de divisão interna no País.

Limeira Tejo — Mas nenhum desenvolvimento se faz numa frente contínua. São Paulo teve duas vantagens: a primeira foi o fato de ser o único estado que entrou na era capitalista com o café, então tinha cambiais que eram compradas em São Paulo, e a segunda foi a "Light".

Paulo Schilling — A vantagem de São Paulo sobre o resto do País aumentou mais ainda quando começou a política de substituição de importações de Juscelino e se deu a associação da burguesia nacional com as transnacionais, pois 80% do capital estrangeiro que entrou no País se radicou em São Paulo. Então, aumentou muito mais esse abismo. Hoje, mais ou menos atualizando essas teses que estão em três livros escritos na época, a situação é muito pior. São Paulo, atualmente, produz 56% da renda industrial brasileira, e o resto do País produz 44%, é uma distorção total, absoluta. Há uma distorção acima da inerente à evolução anárquica do próprio sistema capitalista não planejado.

Limeira Tejo — Nas Nações Unidas, eu fiz uma estatística só para São Paulo; isolei esse Estado, como se fosse um País, e calculei os índices industriais, a intensidade econômica, a renda "per capita" e o Produto Interno Bruto: já na época — 1950 —, São Paulo era a nona potência industrial do mundo.

Paulo Schilling — Então, naquela época a nossa grande preocupação era essa. O Rio Grande do Sul era uma economia em crise, uma economia de perda, com tudo dirigido ao intercâmbio de produção agrícola por produtos industrializados, e mais, já se via que o Estado estava perdendo o seu capital mais precioso: o homem.

Naquele tempo, a grosso modo, a metade da terra do Rio Grande do Sul ainda estava sendo explorada de forma precária, via o latifúndio tradicional extensivo. Os dados que se tinha de comparação com a Argentina e com o Uruguai eram impressionantes. Então, fez-se a tentativa, por um lado, de modernizar a base da média propriedade industrializada nos moldes do sistema norte-americano e, por outro, de tratar de assegurar uma reestruturação da pequena propriedade, impedindo que ela legalmente se transformasse em minifúndio. Isso tudo surgiu num projeto de reforma agrária, que foi elaborado durante o período de Brochado da Rocha como Primeiro Ministro, onde se modificavam totalmente os conceitos de minifúndio e latifúndio. Todos os projetos de reforma agrária anteriores que entraram no Congresso Nacional estabeleciam o latifúndio como uma propriedade de mais de 500ha. Nós alteramos isso, não estabelecendo nenhum limite. A base que se estabeleceu foi de que latifúndio é a propriedade que não está produzindo aquilo que poderia produzir.

Limeira Tejo — Perto do Rio de Janeiro, 30 hectares podem ser um latifúndio.

Paulo Schilling — Pois bem, aí surgiu toda aquela campanha, não mais a nível de Rio Grande do Sul, mas a nível nacional. Achava-se que

era fundamental a reforma agrária, por dois motivos: primeiro, é evidente, pelo motivo social, pois eram 12 milhões de camponeses sem terra; e segundo, para aumentar a produtividade no campo. Entendia-se que somente se poderia avançar, dar um salto no processo de industrialização, se aumentasse aceleradamente a produção agrícola para gerar divisas que pudessem importar equipamentos e tecnologia. Ainda mais que a indústria estava em crise. No último ano do Governo de João Goulart, por exemplo, o Produto Interno Bruto foi 1,5% menor do que o crescimento demográfico. Logo, era preciso criar novos mercados para a indústria nacional. Entretanto houve uma enorme reação e não foi feita a reforma agrária. O atual modelo econômico brasileiro é uma série de remendos, mas assenta-se fundamentalmente, no meu entender, em duas bases: no desenvolvimento com base em capitais forâneos, o que numa primeira etapa dá resultado, pois é como uma injeção que dá euforia; e na construção de uma moderna sociedade industrial, porém sob as bases de uma sociedade agrária obsoleta, atrasada e antieconômica.

Limeira Tejo — É o que eu chamo de semicapitalismo, que é a metade do caminho entre o pré-capitalismo e o capitalismo.

Paulo Schilling — Então, hoje nós temos essa situação: a principal causa do fracasso do modelo é o desequilíbrio da balança de pagamentos, que eles dizem ser devido ao problema do petróleo, não é? Mas nós vemos que a Argentina, que é auto-suficiente em petróleo, está numa crise igual, e o México, que exporta 1,5 milhões de barris de petróleo por dia, pediu moratória, já se entregou. O problema não é esse, o problema é que não se mexeu nesta infra-estrutura agrária, pois não foi feita, sequer, uma reforma agrária capitalista.

É preciso que se diga que, na época, nós não pensávamos em uma reforma agrária em termos socialistas e sim capitalistas. Ela objetivava racionalizar a produção no campo. Foi um projeto elaborado pelo Jader de Andrade, que foi Secretário da Agricultura do Miguel Arraes, e por mim. Goulart acabou não mandando este projeto à Câmara, mas ele foi apresentado, posteriormente, por Brizola e pela Frente Parlamentar Nacionalista.

Se tivessem realizado a modernização do campo, que houve, em parte, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, via trigo e soja, hoje o País, ao invés de estar exportando 10 bilhões de toneladas de produtos agropastoris, estaria exportando 50 bilhões. Então, o que se importa de petróleo não significaria nada.

Logo, resumindo, eu acho que a causa do fracasso do chamado modelo brasileiro reside no fato de se tentar construir uma sociedade moderna sob as bases de uma sociedade agrária, atrasada, rudimentar e antieconômica.

Claudio Accurso — Em primeiro lugar, esse artigo que agora é republicado nasceu dentro da Universidade e tem, essencialmente, fins didáticos. A estrutura dele é voltada para ensinar alguma coisa. Mais do que a preocupação de montar políticas, ele está centrado numa série de princípios, de normas e cuidados que se deveria ter ao se montar uma política que, realmente, o Rio Grande do Sul não tinha. Em certo sentido, é uma continuação de minha tese no Chile, de onde voltei em 1958. Esse trabalho saiu em 1960. Foi o primeiro que fiz logo que cheguei aqui no Estado e comecei a dar aula na Universidade e a ter uma certa participação em assessoria e no Governo. Senti, então, a necessidade de botar no papel uma visão mais ou menos orgânica do que poderia ser um encaminhamento

de políticas para o Estado. O meu trabalho no Chile tinha sido uma tese, que eu nunca publiquei, sobre a macroeconomia gaúcha, onde montei séries de produto real da agricultura, indústria, comércio e serviços, que forneciam uma visão do período de 1939 a 1955. Eram 16 anos de investigação que davam uma visão global do Rio Grande do Sul a respeito do setor externo da economia; de investimentos; de financiamentos; das taxas de crescimento; e das relações que existiam entre todos os setores. Quando cheguei, tinha a idéia de publicar o documento, mas depois resolvi prolongar um pouco mais a série e revisar algumas interpretações que não me pareciam muito boas, e o trabalho acabou ficando nas gavetas. Esse documento do IEPE é uma certa retomada da preocupação de dar uma visão global da economia gaúcha, porque nós vivenciamos nessa época, no Rio Grande do Sul, um período de muita inquietude a respeito de nossa situação presente e de nossas perspectivas de que coisas se poderiam fazer. Mas não tínhamos, ainda, uma visão macroeconômica montada. Nós possuíamos alguns documentos, como aquele do Professor Ohlweiler, e no próprio GAP começou a surgir um documento, que eu não sei se chegou a ser publicado, no sentido de dar uma interpretação macroeconômica do Rio Grande do Sul dentro de uma concepção essencialmente marxista das relações capitalistas. Entretanto nós não tínhamos, aqui sobretudo, uma visão mais montada em bases concretas; do ponto de vista macroeconômico não existiam esses levantamentos. Então, a proposta que esse documento traz é a de mostrar coisas que são importantes no encaminhamento de políticas. Eu me lembro que nós discutíamos, no Rio Grande do Sul, casos muito parciais: ou se estava discutindo a pecuária ou se estava discutindo o problema da indústria ou o do arroz, mas faltava uma ligação nisso tudo para se ter uma síntese da economia gaúcha. Então, realmente a minha intensão com esse trabalho era a de chamar a atenção para que se deslocasse um pouco a visão do setor para a visão global da economia do Estado.

Limeira Tejo – Era necessário descobrir as variáveis fundamentais para se ter a visão global.

Claudio Accurso – Logo, eu acho que a primeira função era essa: dar uma visão macroeconômica; a segunda, era revelar algumas informações que eu vinha elaborando e que, não tenho certeza, talvez sejam inéditas, como os índices do trigo, do arroz e do feijão; essas informações, agregadas à ponderação econômica, eram muito difíceis de conseguir. Como eu tinha feito isso para todos os setores, tentei acrescentar, nesse trabalho, algumas informações desse tipo. Outra coisa era o problema da composição dos investimentos. Eu tinha alguma experiência disso, pois, um ano antes, havia trabalhado com o balanço de pagamentos do Estado e elaborado um outro documento com as contas regionais do Rio Grande do Sul. Esses documentos foram feitos com o pessoal da Universidade; quem trabalhou nisso foi o Professor Eloy Pilotto, responsável pelo setor de contas e, no balanço de pagamentos, o Professor Palazzo e o Professor Bermejo, que eram especialistas do setor externo. Nós estávamos, portanto, de posse de muitas informações, e nesse trabalho que é republicado aparecem algumas delas. Além de divulgar um quantitativo desse tipo eu estava também preocupado com outras coisas, como, por exemplo, o fato de não termos um sistema de planejamento estadual. Eu, talvez, tenha sido o primeiro economista gaúcho a ir fazer o curso na CEPAL e na Escolatina, a fazer curso em desenvolvimento econômico, então eu vinha com um instrumental muito "vivo" de Santiago, com toda a experiência já

acumulada da CEPAL em matéria de planejamento na América Latina. Eu queria mostrar como nós estávamos atrasados neste particular, embora eu tenha a impressão de que durante o Governo de Brizola tenha sido feita a primeira tentativa de formular um plano desse tipo, ou seja, casando o setor público com a economia gaúcha. Além disso, em termos de formulações, já se tinha avançado muito naquele período de 1959 a 1960. Eu queria, ainda, chamar a atenção para o fato de como nós estávamos mal instrumentados, mal equipados para as tarefas que tínhamos que cumprir no dia-a-dia, porque havia formulações muito genéricas e dali se passava direto para uma reivindicação instrumental no sentido de dar mais crédito, de dar mais isso, mais aquilo, sem que essas coisas estivessem arrumadas. Por exemplo, na parte de projetos, nós não tínhamos a prática para os fazer, a faculdade não tinha essa cadeira. Assim, não tínhamos nem quadros que fizessem projetos econômicos do Rio Grande do Sul, projetos capazes de medir custo/benefício da locação de recursos. Eu chamava, a atenção, nesse documento, para a importância da elaboração de projetos, de montar quadros para que se pudesse ter uma avaliação objetiva. Naquele tempo, ainda se conseguiam recursos através de carta, ia-se ao banco e se tirava dinheiro. Mas o projeto estava cada vez mais vivo nas instituições internacionais, e aqui, mais cedo ou mais tarde, iria tornar-se necessário, aliás, já tinha começado com o BNDE. Então, eu chamava a atenção para o fato de que, se se quisesse montar uma política no Rio Grande do Sul, haveria necessidade de se fazerem projetos. Havia, ainda, o problema do setor público: a máquina pública tem outras funções além de dar emprego, mas que outras funções? Sabia-se que ela tinha que cumprir uma enorme função no processo de desenvolvimento, então era necessário adequar aquela máquina e distribuir suas funções. E isso é muito difícil de se fazer nas condições em que o setor público é estruturado e na forma como funciona. Não havia a menor racionalidade, as coisas eram realmente feitas ao sabor das pessoas que estavam ali no momento.

Rubens Lima — Eu vou aproveitar a deixa para fazer uma pergunta. De certa forma, há nos trabalhos do senhor e do Professor Schilling uma aposta de que o Estado, à medida que fosse tomado por forças progressistas, seria a alavanca para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Eu gostaria de saber, do senhor e do Professor Schilling, qual é a percepção que os senhores têm hoje em relação a esse tipo de aposta no Estado como fator gerador do desenvolvimento nacional, ou seja, em contraposição ao imperialismo?

Claudio Accurso — Eu acho o seguinte, do ponto de vista histórico, as burguesias nacionais tiveram um grande papel na constituição de seu estado, na sua reserva de mercado, na sua reserva de recursos naturais e, se fosse preciso ir à guerra, elas iam à guerra para firmar a sua posição e o seu domínio de classe interessada na sua acumulação específica de capital. Se não fosse pela força, a Inglaterra não teria liquidado com a Holanda no século XVII. As burguesias nacionais foram muito ciosas dos seus mercados e de seus recursos, por isso tiveram de fazer projetos comuns com os próprios povos. Se se transportar esse quadro para o capitalismo tardio, que relação existe entre essa burguesia da periferia do Terceiro Mundo em relação à que historicamente tivemos nos países hoje desenvolvidos? Nenhuma. Essa burguesia não tem nenhum compromisso com o povo brasileiro, com os recursos nacionais, com a preservação da nossa cultura, da nossa história; é uma sócia menor, é uma li-

nha auxiliar da burguesia central, que comanda o processo de acumulação como um todo. Então, historicamente, eu acho muito complicada a tentativa de querer reproduzir essa história da acumulação num país periférico. Acho que tanto faz pensar em termos de região ou em termos de país, pois, pelo menos eu, não consigo identificar nenhuma posição onde se possa colocar os interesses nacionais acima dos interesses internacionais, porque realmente a nossa classe dominante é melancólica a respeito de seus próprios interesses, dos interesses de seu povo. Ou seja, isso que o Paulo falava, o problema da sucção de recursos da periferia para o centro, é um processo antigo. E qual é a função da burguesia nacional a respeito deste processo? Nenhuma.

Limeira Tejo - Portugal nunca teve uma burguesia, nós somos feudais. Não há uma burguesia como a francesa, que fez uma revolução, não há uma burguesia como nos Estados Unidos, que fez uma guerra civil. Não era o escravo que estava em jogo, era o mercado, o mercado do sul era subsistente, quer dizer, não se comprava nada em loja.

Inclusive o próprio Estado é, hoje, um substituto do patriarca, um paternalista. No Brasil existe uma camada superior e outra inferior: a superior cuida um pouco da inferior para não quebrar e não rasgar a fantasia deles.

Claudio Accurso - Eu pensei que aqui na América Latina, com as iniciativas da ALALC, nós daríamos lugar àquilo que seria a manifestação da burguesia regional, como fez a burguesia européia para enfrentar a concorrente mais forte. Elas têm conflitos entre si, mas esses conflitos foram minimizados em relação à burguesia maior que é a americana. Pensei que com a ALALC, em 1960, iria surgir esse tipo de coisa na América Latina. Nós tivemos um certo êxito, não na ALALC talvez, mas no mercado andino, onde, no tempo de Allende, se conseguiu alguma integração, e no mercado da América Central também. Mas isso não avançou, ao contrário, foi desmantelado. Foi quando constatei que as burguesias latino-americanas não vão a parte alguma. Agora, com o episódio das Malvinas, quando surgiu o apoio do Peru, o apoio da Venezuela, pensei: está aí o episódio histórico que as burguesias latino-americanas precisavam. Isso é uma jogada já pensada de grande impacto, um grande episódio para que haja conscientização. Mas não, precisa ser uma guerra prolongada, e o acontecimento das Malvinas foi meteórico, não deu para tomar consciência nenhuma, mal deu para sair do campo de batalha.

Limeira Tejo - Não há liderança, a liderança empresarial brasileira é artificial. Para mim o único empresário que ainda tem um certo senso da dimensão nacional é o Hermírio de Moraes.

Paulo Schilling - Antes do golpe, quando se falava em burguesia nacional, se citavam três nomes: Simonsen, Gasparian e Hermírio de Moraes. Logo depois do golpe, com a política da falência positiva do "nosso amigo" Roberto Campos, o Simonsen foi à falência, então ficou somente Gasparian e Hermírio de Moraes. A grande preocupação era a de não deixar que os dois saíssem juntos à rua, pois se houvesse algum acidente de trânsito, desapareceria a burguesia nacional. É um exagero é claro, só para ter uma idéia.

Mas eu vou aproveitar a deixa para dar a minha opinião sobre a burguesia nacional e o papel fundamental do Estado, da economia estatal, nesse processo.

A burguesia inglesa desfrutou de uma tremenda fonte de acumulação de capital pela expropriação dos bens da nobreza, da igreja e, fundamentalmente, pela exploração das colônias, transformando-se, então, numa burguesia muito poderosa, enquanto que com as nossas acontece exatamente o contrário. Tomando 1930 como marco inicial — é evidente que houve indústria antes de 1930, mas fundamentalmente, revolução industrial eu localizo com Getúlio —, vejamos o que ocorreu com a crise do café. O Getúlio mandou chamar uma gente que estava em São Paulo com 60 milhões de sacos de café sem poder vender; mandou chamar essa gente representante do latifúndio e, em primeiro lugar, ofereceu proteção alfandegária para montar uma indústria; em segundo lugar, forneceu o capital, vício que mantém até hoje uma burguesia sem capital. O Banco do Brasil deu dinheiro, forneceu tecnologia, importou tecnologia, quer dizer, formou-se uma burguesia totalmente artificial. Além disso, como essa burguesia não tinha dinheiro para montar setores de infra-estrutura, o Estado a executou, não por uma mentalidade socializante, mas porque não havia condições da burguesia fazer frente aos encargos da infra-estrutura e da indústria pesada. E essa execução não foi feita contra a burguesia nacional, ao contrário, a indústria pesada no Brasil é subsidiária dessa burguesia. Sempre se vendeu aço muito barato, que gerava um superlucro para as metalúrgicas, em nome da burguesia nacional. Pois bem, nasceu uma burguesia artificial sob o manto protetor do Estado paternalista. Getúlio, dentro do seu populismo, assim como dava para a classe operária toda uma legislação, favorecia também a burguesia. Surgiu, também, um proletariado bastante artificial, pouco combativo, que minimizou a luta de classes. O Estado paternalista conseguiu evitar a luta de classes pela criação de uma burguesia e de um proletariado totalmente artificiais. Os últimos dados que eu tenho demonstram que a burguesia nacional, hoje, representa 20% no conjunto da economia brasileira, enquanto que as transnacionais representam 30%; acontece, porém, que os 30% das transnacionais é o "filé mignon". Agora mesmo, nós estamos vendo um exemplo disso, pois o Estado está fazendo a infra-estrutura em Tucuruí, gastando 10 bilhões de dólares na hidroelettrica e numa ferrovia de 800km, exatamente o que não vai dar lucro. Tudo isso para que uma binacional brasileiro-nipônica produza alumínio.

Dados recentes mostram que a burguesia nacional trabalha com 79% do seu capital emprestado, a maioria pelo banco oficial. Continua com um nível tecnológico tremendamente atrasado, viabilizado tão-somente por uma proteção alfandegária que varia entre 100% e 200% (automóvel, por exemplo, é 190%, me disse um industrial em São Paulo). Se o Brasil por seu sistema tarifário num dia, a indústria nacional fecha no dia seguinte. Nós tivemos o exemplo na Argentina: eles tentaram forçar a indústria nacional e trabalhar de forma econômica, baixaram as tarifas "ad valorem" de 100% para 20% e fizeram uma política cambial negativa, isso liquidou com a metade da indústria. No Chile é pior ainda.

Limeira Tejo — Havia um velho, chamado Cincinato Braga, que chegou ao Ministério da Fazenda e era contra a indústria, então ele dizia que nós deveríamos importar até o consumidor.

Mario Baiocchi — Professor Schilling, eu gostaria de fazer uma pergunta que considero importante à medida que o senhor fez parte da assessoria do Governo chamado populista, cuja proposta de desenvolvimento, me parece, partiu basicamente da premissa de que esse desenvolvimento seria feito a partir da burguesia nacional. Eu gostaria de perguntar quando

foi sentido o equívoco desta tese? Em que momento histórico ficou claro, na sua perspectiva, que a burguesia nacional não seria depositária desse processo autônomo de desenvolvimento?

Paulo Schilling — Eu diria que Brizola tem um marco dentro de sua evolução ideológica. Antes, gostaria de dizer que hoje eu estou tremendamente afastado dele, estamos em campos antagônicos. Acho que Brizola evoluiu de uma posição nacionalista popular reivindicatória para o velho populismo. Logo, estou falando bastante nele, mas não é propaganda, pois eu fa-lo é do Brizola de antes.

Bom, depois de termos tentado, de todas as maneiras, fazer alianças com setores da chamada burguesia nacional, vimos que ela sempre falhava. Quando se lança, por exemplo, a reforma agrária, notem bem, uma reforma agrária capitalista, da qual o maior beneficiado seria o camponês sem terra, mas o segundo maior beneficiário seria a própria burguesia, porque iria ampliar tremendamente o seu mercado de consumo, essa burguesia reage totalmente contra a reforma agrária. Eu afirmo aos senhores que nenhum dos grandes "capitães" da indústria brasileira ficou a favor do nosso projeto de reforma agrária, foram massivamente contra, e também na luta contra o imperialismo, não se encontravam aliados, com exceção do Hermírio de Moraes. Eu fui diretor de um panfleto, um semanário do Brizola no Rio, que circulou até o número sete, depois veio o golpe e terminou, e o único colaborador da burguesia nacional para o nosso jornal foi o Hermírio de Moraes. Então, Brizola, no discurso do Centro Acadêmico Cândido Oliveira (CACO), já desiludido, pois não havia maneira de acertar o passo com a burguesia nacional e conseguiu-a como aliada, teve uma frase mais ou menos assim: a burguesia nacional hoje é um simples agente do imperialismo. E infelizmente era o que se verificava. Não havia um grande industrial, com exceção do Hermírio que até hoje continua, que resistisse ao acesso de uma transnacional; negociavam um pouco, pechinchavam um pouco, mas no fim aceitavam uma integração econômica. Quer dizer, com esse discurso no CACO, Brizola deixou de pregar o populismo, o policlassismo, e assumiu uma posição popular revolucionária. Acho que esse é o marco histórico. Agora, por que a composição de classes, a identidade de interesses, funcionou tão bem no primeiro Governo de Getúlio? Exatamente porque o inimigo comum era o imperialismo e porque o desenvolvimento industrial interessava à burguesia, mas interessava também ao proletariado. Então, foi possível avançar, mas notem bem, Getúlio Vargas, no que eu considero uma tremenda prova de sabedoria política e que, acho, é um fato inédito na história política mundial, chegou à conclusão, em 1945, de que era impossível manter dentro de um mesmo partido a burguesia e o proletariado, lançando ao mesmo tempo dois partidos: um para a burguesia, classe média etc., e outro para o proletariado. Eu estive estudando muito e não consegui outro exemplo na história política mundial. Nesse ponto ele foi genial, aí ele foi muito superior a Perón. Perón tem algumas coisas, mas nessa parte Getúlio ganha longe dele. Perón, quando voltou em 1973 — notem bem, de 1945 a 1973 são 28 anos —, voltou insistindo no policlassismo dentro do movimento peronista. A prova de que a coisa já não funcionava mais é que na chegada dele no aeroporto de Buenos Aires houve uma matança, até hoje não se sabe se foram 200, 800 ou quantos morreram do peronismo de esquerda e do peronismo de direita. O Getúlio, já em 1945, sabia que tinha que separar os rebanhos.

Limeira Tejo – Eu tenho um ensaio sobre o Getúlio. Na minha opinião, ele foi um homem que tentou amaciar a transição da sociedade industrial. Ele fez isso como um homem da velha ordem. Na verdade foi o "guardião" da ordem social, progressista, mas paternalista.

Paulo Schilling – No meu livro "Como se Coloca a Direita no Poder", no capítulo sobre Getúlio, eu mostro que nem sequer a esse nacionalismo que teve vigência no País a partir de 1930 se pode chamar honestamente de nacionalismo burguês, porque foi um nacionalismo que surgiu no setor agrário, como no Uruguai, com Luis Alberto Herrera, foi um nacionalismo que surgiu da luta do fazendeiro do Rio Grande do Sul contra os frigoríficos e que Getúlio depois transplantou para o plano nacional.

O fazendeiro aqui no Estado regrediu historicamente com as charqueadas para não se deixar explorar pelos frigoríficos. A origem do nosso nacionalismo não nasce na burguesia de São Paulo, a prova é que a revolução foi feita contra São Paulo.

Enéas Souza – Eu queria fazer uma pergunta dentro do que o Rubens colocou. Nota-se, no trabalho de vocês, um avanço tentando entrar no campo macroeconômico, e esse campo macroeconômico revela uma ação política através, por exemplo, do planejamento ou mesmo de um consenso político mais amplo do que o próprio Estado. Eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre isso.

Claudio Accurso – De 1960 para cá, nós introduzimos no Rio Grande do Sul – estou falando de toda essa geração que trabalhou com planejamento – um certo compromisso de propostas do setor público com a realidade gaúcha. O que havia antes de 1960 eram os chamados planos de obras, planos de energia, planos de transporte, o plano do DEPREC, essas divisões setoriais que se justificavam por si mesmas, pois é bom ter energia, é bom ter transporte, é bom ter navio, enfim é bom ter tudo. Nós fizemos, então, um esforço muito grande aqui para mudar esse quadro. Posso afirmar que o GAP foi a primeira instituição que reuniu profissionais interdisciplinares. Depois, nós tivemos uma secretaria nova, que foi a Secretaria de Economia, que antes era a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, onde se localizaram muitos economistas novos, recém formados e que estavam começando a operar com planejamento. Então, desde 1960, começaram a se formar os quadros e começaram a se formar certos compromissos entre a ação do setor público e a economia gaúcha como um todo. Isso, me parece, significou um avanço em matéria de trabalho na área pública. É claro que essa visão macroeconômica era uma visão que a gente queria mostrar como necessária. No fundo, significava dizer que empilhando os tijolos não se faz uma casa. Primeiro, tem-se que ter uma planta e, para fazer a planta, é preciso ter um bom diagnóstico. Do Governo Brizola em diante, todos os documentos da área pública passaram a ter referências macroeconômicas. Então, uma das coisas que se coloca é o seguinte: se o setor público era tão pequeno, tão insignificante em relação ao todo, que pretensão era essa de colocar a economia como uma espécie de pano de fundo dos gastos da orientação do setor público? Acho que atrás disso existia uma primeira preocupação, que seria a de ordenar os recursos, aquele sentimento de que o recurso é escasso, de que boa parte dos instrumentos e dos recursos estava no Governo Federal. Aquela consciência de como se chegar lá e batalhar por alguma coisa, já que não é possível se batalhar por tudo. Havia a ne-

cessidade de uma certa estratégia, daquilo que deveria vir primeiro para que se desencadeassem seqüências mais produtivas para a economia como um todo. Então, o que se ganhou a partir da década de 60 foi essa espécie de compromisso, de se olhar o Rio Grande do Sul a médio e longo prazos. Aliás, até então, o Rio Grande do Sul era olhado só a curto prazo, era visto, no máximo, como a administração pública de uma gestão, ou seja, com as dimensões de quatro anos. Como sair bem do governo? Sair bem do governo era não produzir déficits, era não deixar criar problemas maiores na educação, era conseguir melhorar uma ou outra estrada. Mas não se perguntava como é que vai ser o Rio Grande do Sul, a que taxas vai crescer, qual vai ser o índice de empregos? E já se percebia que o Estado era uma área imigratória; isso não era novidade, era antigo, pois desde 1930 estamos povoando o Mato Grosso, o Paraná e Santa Catarina. Evidentemente, isso denunciava alguma coisa. Por que o gaúcho não ficava aqui? Existiam 10 mil explicações, mas uma era patente: se o nosso ritmo de crescimento fosse muito mais intenso, essa mão-de-obra teria ficado aqui. Isso foi denunciado em vários documentos. Aliás, um documento feito na Assembléia, em 1964, chamava-se Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Então, penso que a tentativa de se levar a sério o planejamento, de se alocar recursos mediante planos e elaborar planos fazendo diagnósticos, tendo-se uma visão correta do que era importante, foi uma preocupação bastante marcante nesse momento da nossa história administrativa, onde os quadros que passaram a trabalhar no Rio Grande do Sul eram quadros que estavam preparados para olhar desse modo a economia gaúcha, e isso foi muito bom. Acho que, no Governo Peracchi, se tentou novamente minimizar essa visão macroeconômica. Os técnicos foram dispensados, se fechou o GAP e se passou para aquela visão microscópica dos problemas. Mas, em seguida, ela foi retomada no Governo Triches, onde já se tinha, novamente, documentos com uma visão global. Pode-se colocar a questão se essa era uma visão melhor ou pior, mas isso não tem grande importância, o importante é que a visão foi retomada.

Rubens Lima - A leitura dos textos apresentados nesta edição da Revista Ensaíos mostra que eles, além do enfoque macroeconômico, têm outra característica comum, que é a perspectiva de compreender o Rio Grande do Sul a partir de sua interação com a economia brasileira. E essa característica, ao contrário do que sucedeu com o enfoque macroeconômico, me parece que foi abandonada durante um certo período. Passou-se, então, a analisar o Rio Grande do Sul de forma isolada, como uma economia autárquica, com seus problemas e soluções próprias. Eu gostaria de saber se o senhor tem alguma explicação para o porquê disso ter ocorrido, e quais as conseqüências que, no seu entendimento, podem ter decorrido deste novo posicionamento analítico?

Claudio Accurso - Na verdade, eu já fui taxado de endogenista, de ter uma visão muito endógena do Rio Grande do Sul, como se ele fosse uma autarquia. Mas acontece que temos problemas que são nossos e há problemas que são de todos, que são dos gaúchos, dos catarinenses, dos paranaenses, que são do Brasil. Então, é preciso ver os problemas com uma certa hierarquia e tratar de encaminhar as coisas que têm solução própria para suas soluções, e as coisas que dependem de fatores externos - recursos, instrumentos, decisões de outras esferas - precisam ser bem pensadas para se ter uma idéia clara do que queremos. Temos uma porção de problemas dependentes que sequer foram equacionados e que ninguém vai

equacionar por nós, como, por exemplo, esse problema da terra. Nós estamos com 200 mil famílias minifundiárias, e eu cheguei a escrever sobre isso. Naquela ocasião, entre 1957 e 1959, o Rio Grande do Sul estava numa crise muito séria, e a minha visão era de que, se nós não mudássemos a nossa estrutura agrária, nós não iríamos a parte alguma. Eu estava absolutamente convencido de que preço não faltava, e se não havia reação de oferta era porque havia um problema estrutural.

Se não faltava preço e não faltava crédito, então o problema não era a ausência de mercado. Assim, embora pudessem haver, momentaneamente, algumas forças contrárias, porque a oferta não reagia? Porque no fundo, pensava eu, é um monopólio que manipula o setor segundo os seus interesses. Logo, havia uma rigidez de oferta decorrente dessa condição histórica da estrutura agrária gaúcha. Não precisa dizer que veio a revolução, vieram estímulos, vieram outros usos de instrumentos, e essa agricultura se desenvolveu. Uma agricultura que tem essa taxa de crescimento não é nenhuma agricultura que tenha problemas estruturais para resolver. Agora, se ela não resolve uma série de outros problemas é por outras razões, mas não se pode mais dizer que é por rigidez estrutural. O setor agrícola que cresce a 5%, 6%, tem um ritmo excelente. Esse crescimento no Rio Grande do Sul prova o seguinte: ele pode crescer bastante sem resolver o problema das 200 mil famílias, assim como o Brasil pode crescer bastante sem resolver 2/3 dos problemas de sua população. Mas, que soluções nós temos para essas 200 mil famílias? O máximo que conseguimos fazer até hoje foi equacionar isso a nível de projeto para meia dúzia de pessoas. Nós fomos incapazes de fazer uma formulação global desses problemas, incluindo técnica, canais de comercialização e organização de produção, ninguém fez isso. Se qualquer governador quiser por emprática um programa desse tipo vai dar com "os burros n'água", porque não terá onde se agarrar, não terá nem o que pedir, porque não terá a formulação. Então, naquele meu documento, eu enfatizava muitas coisas que nós podíamos estar fazendo e não estávamos, era uma etapa de trabalho que tinha que ser feita e que ainda tem que ser feita. Isso não significa ignorar que algumas coisas ou muitas coisas do Rio Grande do Sul dependem de decisões de fora, dependem da política nacional. Mas significa, também, que existem muitos problemas que sequer somos capazes de formular. É o caso de uma política espacial, territorial, de problemas das concentrações. Não existem nem formulações a respeito disso. As formulações sobre distritos industriais são de uma pobreza franciscana. É uma visão de arquiteto, de arrumar espaço, não tem nenhuma funcionalidade com o problema da acumulação de capital no Rio Grande do Sul que, entre outras coisas, tem que balisar o problema do espaço. Então eu vejo assim: há problemas que são nossos e que podemos formular, que temos que formular, porque ninguém vai formular por nós, e outros que são os problemas do Estado derivados da política nacional.

Enéas Souza - Eu queria colocar uma questão para ver se tu concordas. De um lado, se retomou a visão macroeconômica que durante algum tempo ficou como um vazio no Governo Peracchi, se retomou, por exemplo, um pouco essa idéia de plano. Agora, mesmo os próprios partidos estão pensando na elaboração de planos, que teriam um caráter, vamos dizer assim, de luta política a nível nacional. Entretanto tu estás colocando uma outra questão que é o fato de que mesmo que nós conseguíssemos essas coisas, talvez tivéssemos dificuldades de organizar esses recursos para resolver a questão interna. Então a pergunta é a seguinte: que tipo de política

teria que se propor no Estado para organizar recursos humanos e econômicos para fazer frente a essa situação? Isso porque nós estamos numa situação política em que vamos poder reivindicar, mas, talvez, não posamos nem organizar o que estamos fazendo.

Claudio Accurso – Veja bem, como é que estamos fazendo plano no Rio Grande do Sul? Em primeiro lugar, é plano o que estamos fazendo, ou é uma proposta geral que eu chamo de ordenamento do discurso, no sentido de que as pessoas tenham uma visão clara do mundo onde pensam atuar e que tenham um mínimo de hierarquia de ações para poderem se localizar dentro desse meio? Eu acho que isso que foi feito no Rio Grande do Sul é essencialmente uma tentativa de ordenar essas ações, para plano falta muito. Em segundo lugar, os objetivos fixados nesses documentos são muito gerais. Na realidade, isso não teria muita importância, pois é necessário ter um nível de formulação geral; o problema é que não existem os níveis subsequentes, ou seja, nós não passamos do objetivo para a meta, nem da meta para o tempo, nem do tempo para os meios, não damos o passo dos meios para as fontes. Então, nós ficamos com os objetivos, que são a primeira etapa da formulação, mas não conseguimos sair nunca disso. Portanto uma das coisas que temos que fazer no Rio Grande do Sul é dar esses passos subsequentes nas formulações de plano, no sentido de que se tenha um diagnóstico bem feito, de que se tenha os objetivos, de que se tenha as metas, enfim, de que se tenha essas coisas arrumadas no tempo. O que vamos fazer no primeiro mês, no segundo mês, no primeiro ano, no segundo ano etc.? Quais são os meios para isso e, sobretudo, quais os recursos? Que estratégias institucionais nós temos?

Enéas Souza – Vocês não acham que há uma descrença política em relação ao plano? Eu remeto à discussão anterior, onde aparece claro que, na época, vocês tinham uma ação concentrada, que vocês pensavam num nível de formulação preciso, mas onde, sobretudo, vocês agiam. Vocês agiam, por exemplo, no que se refere à reforma agrária, sobre a qual vocês tinham uma proposta, tinham uma ação objetiva. Hoje, me parece, há uma certa descrença em relação a isso. Eu queria que vocês discutissem um pouco esse aspecto.

Paulo Schilling – Eu creio que naquela época, efetivamente, apesar da forma bastante anárquica, avançamos bastante. Em primeiro lugar, porque, no que se refere à organização dos setores interessados – liga dos camponeses, cooperativas, associações –, a coisa estava certa, tanto que estão aí as cooperativas, que surgiram naquele momento. Eu estou desatualizado em dados estatísticos sobre a realidade econômica do Rio Grande do Sul, mas acho que esses setores e cooperativas pesam bastante atualmente, não é? Tocamos no problema da terra e tratamos de criar consciência para uma reforma agrária, mas tínhamos uma noção muito clara de que o problema só se resolveria a nível nacional, porque havia um obstáculo constitucional, que era o artigo 142 da desapropriação por pagamento contábil etc. Então, deslocamos a nossa luta do plano estadual para o plano nacional, chegando ao ponto de elaborarmos projetos, aproveitando um pequeno espaço de dois meses do Governo de Jango. Porque esse governo não foi um governo do Rio Grande do Sul, em absoluto; Jango foi para lá e se esqueceu que era gaúcho, a não ser para resolver "probleminhas" de emprego etc. O único período em que efetivamente o Estado esteve no Governo foram os dois meses do Governo Brochado da Rocha. Então, inclusive a assessoria de Brizola se deslocou para o Planalto e fizemos aqueles 16 ou 18 projetos-de-lei que, se tivessem sido

aprovados, teriam sido as reformas, sem dúvida nenhuma. Aquelas reformas que julgávamos necessárias para um passo adiante a nível nacional. Não reformas socialistas, mas de um capitalismo muito mais racional, eliminando toda uma série de entraves feudais ou semif feudais que havia. Hoje, algumas das coisas que a gente planejava fazer, o Governo militar fez, como, por exemplo, o estatuto da terra. Modificaram inclusive o artigo da constituição que, no Governo Brizola, impedia que se pudesse resolver esse problema das 200 mil famílias em termos estaduais. Aliás, acho que o principal problema do Rio Grande do Sul, ainda hoje, continua sendo exatamente o da terra e o da exportação de gente. Ainda este ano estive em São Félix do Araguaia, convidado por Casaldáliga e havia gaúcho por todos os lados. Não que eu veja aí um mal em si, pois eu vejo o Brasil como um todo, mas acontece que essas migrações internas estão sendo feitas de forma anárquica e muito por cima das necessidades reais do desenvolvimento harmônico nacional. O último recenseamento mostra que, entre 1970 e 1980, 24 milhões e 300 mil brasileiros mudaram de região, e isto é um problema muito sério, inclusive um problema que, do ponto de vista das classes dominantes, preocupa, porque foram criados verdadeiros monstros. Por exemplo, a Grande São Paulo tem 12 milhões de habitantes. Continua havendo o problema da capacidade de expulsão do latifúndio ser muito maior do que a capacidade de absorção pela indústria e pelos serviços urbanos dessa mão-de-obra. Se houvesse essa capacidade de absorção seria ótimo, pois desenvolvimento é urbanização, mas o que está acontecendo? De cada dois expulsos do campo ou de sua região para outra região, um consegue se integrar na economia capitalista urbana, o outro fica pelo meio do caminho, marginalizado. Então, e é o próprio Governo que admite, existem 40 milhões de pessoas totalmente marginalizadas nesse País. A grosso modo, são três países num só: 40 milhões que constituem uma sociedade de consumo; 40 milhões que vivem num equilíbrio instável e 40 milhões totalmente marginalizados, com nível de vida asiático.

Limeira Tejo - Para mim o problema é nacional. Eu estive no Nordeste há um ano e visitei a SUDENE e vi fábricas com somente três operários, totalmente automatizadas, e reclamando que faltava mão-de-obra. Dizem que não tem consumo no Nordeste, mas por que tem que ter consumo no Nordeste? O consumo é nacional, enquanto você não fizer uma indústria que possa vender no Amazonas ou em Porto Alegre, ela não é autêntica, não é legítima. A Wallig fundou uma fábrica tão perfeita em Campina Grande com os incentivos fiscais, que veio vender fogões aqui, pois eram mais baratos que os fabricados localmente. Então, você tem que pensar em tipos de mercado nacional. As pequenas indústrias têm que existir, mas em grande escala, toda a indústria tem que ser nacional, se é no Nordeste tem que vender em Manaus e Jaguarão, senão não é viável. Você tem que ver que o País é um continente e, assim sendo, o que rege o mercado interno do Brasil são as mesmas regras do comércio internacional.

Nelson Castan - Professor Paulo Schilling, na maioria das análises sobre economia gaúcha do final da década de 50, começo de 60, principalmente esse seu trabalho que vai ser publicado e também o trabalho de Franklin de Oliveira, várias razões são indicadas como causa da crise econômica ou da insuficiência do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Essa crise precedeu a crise econômica nacional que começou a partir de 1962, foi, então, um fenômeno regional no momento em que o Brasil estava passando

por uma fase positiva de expansão do ciclo. Essa crise de 1957 a 1962 tem, entre as razões arroladas, o controle desigual e arbitrário dos preços agrícolas e a concorrência das indústrias paulistas. Efetivamente, os capitais internacional e nacional que se estavam expandindo em São Paulo com maior tecnologia, com a unificação do mercado nacional, levaram nítida vantagem sobre os capitais locais. Outra razão seria uma certa penalização do Governo Federal sobre o Rio Grande do Sul em termos de infra-estrutura e investimentos, privilegiando outras regiões. Eu gostaria que vocês apontassem quais das causas aqui arroladas eram as mais importantes e citassem fatos da época que pudessem ilustrar a motivação de vocês ao escreverem aqueles trabalhos.

Paulo Schilling – Ocorre que o Rio Grande do Sul, como produtor de alimentos, foi bastante prejudicado, pois, fundamentalmente, foram esses produtos que caíram nas mãos da COFAP. Com uma justificativa social a nível nacional, ocorria uma evolução mínima dos preços desses produtos, ou seja, perdiam a sua capacidade de troca, e isso foi provado, na época, matematicamente. Quanto ao problema da não-localização de investimentos no Rio Grande do Sul, vocês devem considerar que a instalação do capital estrangeiro, mesmo com todas as restrições que lhe são feitas, não há dúvida nenhuma, numa primeira etapa, é um fator de desenvolvimento. E 85% do capital estrangeiro que entrou no plano de substituição de importações, começado por Juscelino, se localizou no eixo Rio/São Paulo. O Rio Grande do Sul não pegou praticamente nada. Brizola, antes de ter caído nesse racionalismo mais radical, vivia sonhando em conseguir uma fábrica de automóveis para o Estado. Depois ele viu que não havia maneira de justificar a vinda dessa fábrica, pois não tínhamos nem energia. Não devemos esquecer que o fato administrativo mais importante de Brizola no Governo foi a nacionalização da Bond & Share, que estava objetivamente obstaculizando o desenvolvimento do Estado por suas instalações totalmente obsoletas. Não sei há quantos anos não se faziam novas instalações, parasitando a CEEE que recebia a energia para distribuição. Portanto a primeira medida de Brizola foi tipicamente em defesa da burguesia gaúcha, conseguir a ampliação do parque energético do Rio Grande do Sul e fornecer energia barata para essa burguesia industrial. Um outro problema é que, geograficamente, o Estado está num extremo, sempre foi um país à parte, um país mais rio-platense, o nosso mercado funcionaria muito melhor com o Uruguai e a Argentina do que com o Norte e Nordeste do Brasil, pois nós estamos muito isolados.

Limeira Tejo – Quando chegou a hora de dar o salto nacional, o sistema de transporte matou a economia do Rio Grande do Sul. A "Rheingantz", quando se tornou nacional, afundou.

Paulo Schilling – Porque foi uma indústria que surgiu protegida pelo isolamento e, à medida que se abriram os meios de transporte, ela não se aproveitou das rodovias, pois tinha um nível tecnológico inferior às transnacionais instaladas em São Paulo. Nesse processo todo, há também uma motivação política. Eu, como marxista, trato de interpretar a história na base do enfrentamento de classes, mas vejo que também o enfrentamento dos indivíduos tem muita influência no processo. A rivalidade de Brizola e Juscelino, os dois candidatos à Presidência da República, teve muito a ver com o estancamento do Rio Grande do Sul. Juscelino, sistematicamente, não dava nada a Brizola; Brizola deve ter ido lá 50 vezes e voltou sempre de mãos abanando. Juscelino não fez o Brasil progredir 50 anos em cinco, mas uns 25 ele conseguiu, entretanto para o Rio Grande do Sul não veio nada.

Limeira Tejo – O Rio Grande do Sul tem um defeito político. Acontece que Brizola era Governo, mas a oposição aqui era Governo Federal,

então o interesse dessa oposição era que Brizola fizesse o pior Governo do mundo para poder ganhar a eleição no ano seguinte.

Paulo Schilling — Assim se explica, por exemplo, aquela rivalidade tremenda entre Brizola e Juscelino. Brizola tinha verdadeiro ódio do Juscelino, porque era sistemático, por melhor que fosse o projeto que saísse daqui, chegava lá e não andava. Quer dizer, esse problema pessoal entre os dois, que pretendiam ser candidatos à Presidência, teve muito a ver com a sabotagem que sofreu o Estado, isso era uma ordem dentro do Governo Juscelino, historicamente isso tem que ser dito.

Claudio Accurso — O que eu acho é que nós estávamos passando, em 1957, 1958 e 1959, por um período que era uma reprodução de ciclos anteriores, o processo de recorrência da onda. Claro que havia uma manifesta má vontade com o Governo local no sentido de alocar recursos. Mas em um teste que fiz, para ver se haviam baixado os coeficientes de financiamento da economia gaúcha, isso não se verificou. Esse trabalho foi feito no IEPE; tomamos um período de 10 anos relacionando financiamento com renda, e não havia evidência neste sentido; pode ser que numa indústria ou num setor houvesse, mas em termos de agregados globais não havia. Eu me lembro, também, de um documento do Ministério da Fazenda analisando o problema dos termos de intercâmbio do Rio Grande do Sul, onde se verificam perdas para produtos específicos. Brizola pediu para Ignácio Rangel dar um parecer sobre esse documento, e Rangel me convidou para trabalhar com ele, e aí ficava claro que, se o Estado estava perdendo em alguns produtos, isso não era uma coisa muito geral e também não era por muito tempo. Entretanto uma das coisas que me chamava a atenção no Rio Grande do Sul era que a pecuária não se movia, a pecuária ocupava 2/3 da terra e permanecia estática. O sujeito via culturas capitalistas, como o trigo e o arroz, andarem, via as culturas coloniais, muito mais do que agora, com uma taxa de crescimento elevada, mas a pecuária não reagia nem em relação a preço, nem em relação a crédito.

Um outro aspecto era a composição do investimento no Rio Grande do Sul. Na verdade, a informação a respeito disso era muito precária, como é até hoje, pois ainda não se montou a conta de capital no Estado, mas podia se verificar uma participação excessiva em construção civil. Isso refletia-se nos aluguéis, que aqui eram mais baixos do que no resto do Brasil. Isso significava que nós tínhamos uma oferta muito maior do que a demanda em termos de Brasil e aí dava procedência àquela indagação da composição dos gastos. Então se perguntava por que o gaúcho gasta tanto em construção e não gasta noutras coisas? Por que nós não estamos investindo em indústria? Boa parte desse investimento tinha origem na nossa própria poupança e a nossa poupança era fundamentalmente rural, fundamentalmente pecuária, e pecuarista não arriscava nem na sua atividade e muito menos na atividade urbana. Então, grande parte desse investimento urbano era feito por poupança da pecuária em bens de raiz. Aqui, na Borges de Medeiros, têm vários edifícios com nome de Poncho Verde etc. que mostram bem a origem do recurso. Logo, acredito que junto com o problema do ciclo, e aí eu coloco o problema do trigo e não sei se só o do trigo, existia uma manifesta restrição ao investimento produtivo. É por isso que a gente enfatizava muito com estudos de oportunidades no Rio Grande do Sul, pois nós tínhamos que aprofundar as oportunidades para ver se conseguíamos romper esse vício de dirigir a poupança para investimento em construção. Mas isso é uma consequência, pois a raiz é o fato de o Brasil ter crescido como ilhas, onde cada ilha

tinha a dimensão de seu excedente agrícola. Como o excedente agrícola da ilha central era muito maior do que os outros, São Paulo criou uma economia urbana muito maior. Conseqüentemente, as escalas de produção estavam proporcionadas a essas ilhas, a essas escalas. Quando essas ilhas se integraram, nós, brasileiros, fomos inadvertidos nessa integração, pois nunca fizemos nenhum projeto para o Brasil. O Brasil é consequência de milhares de decisões atomizadas. Quando foi que o Brasil se integrou? De 1940 para cá. É, portanto, um processo muito novo e que pegou o Rio Grande do Sul, como outras ilhas brasileiras, em situação muito desfavorável na competição. Talvez aí esteja a raiz da falta de maior competitividade de nossas indústrias e da falta de oportunidade de investimentos. Porque aí surgiu um outro problema: é que quando o Brasil se integrou, as oportunidades passaram a ser brasileiras e não a nível de ilha e, aí, o melhor investimento industrial era no centro do País, fruto de toda uma infra-estrutura já montada. Criou-se, dessa forma, um processo cumulativo muito difícil de romper; a não ser que se tenha um projeto claro para a Nação, abandonando a visão puramente estadual. Esse é um problema que nós temos hoje, todos os estados formulam planos sem marco de referência na Nação. E quanto se somarem esses planos todos, o que pode acontecer? Imaginem só o que pode acontecer! Só não aconteceu porque eles são inconseqüentes, se fossem seqüentes seria uma tragédia nesse País.

Rubens Lima — Retomando um pouco os textos, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Professor Limeira Tejo. O seu texto tem uma acentuada defesa da estrutura econômica do Rio Grande do Sul fundada na pequena propriedade familiar em harmonia com a base agropecuária. O senhor vê isso como uma coisa muito saudável na vida econômica do Estado, alertando, inclusive, para necessidade de nos precavermos com o grande capital. O senhor não acha que é precisamente a manutenção desse traço estrutural da indústria gaúcha um dos responsáveis por uma certa perda de competitividade da economia do Rio Grande do Sul em relação à brasileira, sendo, portanto, responsável pela queda de participação do Estado no contexto nacional?

Limeira Tejo — A prosperidade no Rio Grande do Sul, até mais ou menos 1930, foi devida ao simples fato de ser uma autarquia, de poder se auto-abastecer. Na hora em que a sociedade se tornou mais complexa e surgiram novas necessidades sociais, ela não tinha condições de entrar no alto mar. Como economia autárquica, com uma pequena exportação de charque, ela podia viver muito bem, mas na hora em que essa economia não pôde sustentar a população, deu-se o que eu chamo de a defasagem. Porque nessa hora não tinha nem energia, e não pode haver industrialização sem energia, esse foi o grande problema. Além disso, foi errado o foco do problema, porque ao invés de queimar carvão na boca da mina, como na Rússia, fez-se bacias de captação precária ao sabor das estações. Passo Real é um projeto que já podiam ter feito há 30 anos e deveriam aproveitar a queda dos aparados da serra do Rio Uruguai. Mas não fazem porque fica longe de Porto Alegre, como se Porto Alegre fosse a única coisa a ser levada em conta. São Paulo, com o seu gigantismo, teve que se interiorizar, e hoje toda a indústria paulista está no Vale do Paraíba. O próprio sistema de transporte foi desastroso, pois acabaram com o sistema barato que era o hidroviário. Então faltou visão ao Rio Grande do Sul e quando chegou ao ponto em que sua felicidade autárquica não podia ser mais conseguida às custas de uma economia doméstica,

um artesanato maior, uma pré-indústria, às vezes uma indústria de tecido de lã ou chapéu, ela não pode-se tecnizar para concorrer nos outros mercados nacionais. Pelo contrário, quando as comunicações e os transportes se estabeleceram, ela foi morta pelas indústrias de nível tecnológico mais alto. O Rio Grande do Sul ficou no isolamento geográfico que lhe deu, em princípio, uma certa prosperidade autárquica, mas depois se viu comandado.

Claudio Accurso - Gostaria de fazer um registro sobre esse ponto. Eu não sei se porque, por muito tempo, nós vivemos ilhados e ilhados com muito pouca participação estrangeira -, pois esses frigoríficos que tivemos aqui representam muito pouco -, nós sempre tivemos muitas restrições com o capital estrangeiro. E aí está o problema, se o Brasil não tem essas restrições, uma região pode ter? Eu me lembro que, quando estudante, nós fomos fazer uma visita a Noé de Freitas que eu considero uma figura exemplar, de grande dignidade e despreendimento em seu trabalho. Nós fomos lhe fazer uma homenagem, isso por volta de 1953/54, porque ele estava construindo um setor energético de cunho nacional, e uma das perguntas que nós fizemos foi porque ele não fazia uma coisa maior, pois aquilo parecia muito pequeno, e ele respondeu: - "Olha, se eu só tenho uma calça de brim coringa (e na época brim coringa era coisa de operário, de portuário) para ir a um baile, eu vou com ela, porque é minha e eu não tenho vergonha das coisas que são minhas". Isso retratava também uma grande restrição à mobilização de recursos externos. Nós tivemos recursos externos à disposição do Rio Grande do Sul, por volta de 1954/55, e não usamos; o Paulo deve-se lembrar disso, foi no Governo do Walter Jobim. Eu não sei se não teríamos alterado um pouco a nossa situação, se tivéssemos tomado aqueles recursos e feito um plano muito maior.

Enéas Souza - Aquela questão que o Paulo colocou a respeito de energia na época do Brizola é importante, pois une as pontas do que vocês estão-se referindo. Por que o Rio Grande do Sul não tinha essa energia? Uma questão é a Bond & Share, e outra questão é por que levou tanto tempo para mudar essa circunstância? Eu me lembro que, numa época, na classe média aqui em Porto Alegre, se falava que o Brizola encarecia a energia, eu gostaria que tu falasses sobre isso.

Paulo Schilling - Aqui, não sei se cabe uma comparação, uma comparação da situação do Rio Grande do Sul, da mentalidade do Governo do Estado, com que aconteceu, e de certa maneira continua acontecendo, na Argentina. O Rio Grande do Sul foi sempre governado pela fronteira; Brizola foi a primeira exceção. Com ele, pela primeira vez, a colônia chegou ao poder e começou a preocupação com esse problema de energia e industrialização. Até então, havia o predomínio da fronteira, do latifúndio, com essa mentalidade conservadora de precaução, de não acelerar demais, de pensar 10 vezes antes de fazer alguma coisa. Pois bem, eu estive estudando 15 anos sobre economia argentina e posso afirmar que a causa fundamental do colapso econômico na Argentina é a mentalidade da chamada oligarquia da pampa úmida. A pampa úmida é aquela enorme região que circunda Buenos Aires e que é a região agrícola-pastoril mais rica do mundo; até o Quênia é café pequeno perto da pampa úmida. Diz-se que é tão rica que passando ali um caminhão carregado de milho pode começar a brotar. Nós temos aqui um palmo, dois palmos de solo fértil e lá tem dois metros.

Bom, mas o que aconteceu na Argentina? Essa oligarquia perdeu o poder político em 1922, mas economicamente continuou tendo sempre o poder na mão; nem Perón conseguiu tocar na hegemonia econômica da pampa úmida. E qual é a maneira de pensar do fazendeiro da pampa úmida? Produzir o mínimo necessário para manter o altíssimo nível de vida que ele tem. Tem que ver como vivem os fazendeiros na Argentina, moram em castelos e passam a metade do ano em Paris. Tirando 5% de produtividade da terra é suficiente para isso, então eles não tiram 6%, tiram 5%, nada mais que isso. O necessário para gastar, pois o lucro vem da valorização da terra. Isso explica esse tremendo colapso da Argentina. Lá, até 1930, o produto interno era o dobro do produto bruto brasileiro, era o país, considerando a população, mais rico do mundo em matéria de bem-estar. Considerando a alimentação, o vestuário, a residência, não tinha país no mundo em que se vivesse melhor do que na Argentina. Pois bem, hoje, 50 anos depois, apesar do desenvolvimento brasileiro ser cheio de altos e baixos, com todas as contradições e anarquias que caracterizam o processo de desenvolvimento brasileiro, ainda assim o produto brasileiro é três a quatro vezes superior ao produto bruto argentino. E, por mais que a gente examine o porquê desse desenvolvimento desigual, se chega à conclusão de que o fundamental é essa pampa úmida. Eles produzem 40 milhões de toneladas de grãos, quando poderiam produzir de 300 a 400 milhões de toneladas de grãos, mas não têm interesse. É a oligarquia mais reacionária do mundo, porque só pensa em termos dela mesma. Eu pergunto se aqui não tem muita semelhança, considerando que o poder político, pelos menos até Brizola, era dos latifundiários? Não sei se é nesse livrinho que é editado agora ou num outro, que eu digo que, apesar do poder do latifúndio, a colônia começa a dominar, porque, apesar de tudo, boi não vota.

Limeira Tejo – Eu fiz um levantamento exploratório para cadastrar a propriedade no Rio Grande do Sul e encontrei coisas incríveis. Por exemplo, o sujeito estava morto há 10 anos e ainda era responsável pelo imposto. Por que não fizeram essa herança? Para não pagar o imposto de herança que, aliás, nem existia.

Paulo Schilling – Eu acho que os exemplos da Argentina e do Uruguai explicam um pouco a mentalidade pastoril.

Claudio Accurso – Isso é típico de um setor não exposto à competição. Se ele fosse exposto à competição, ele não poderia ter esse comportamento. É que ele fica protegido pelo monopólio da terra, pela instituição da propriedade.

Paulo Schilling – Na Argentina, por exemplo, quando surgiu a aliança entre a oligarquia da pampa úmida e a burguesia industrial inglesa, elas se complementaram de uma forma perfeita. A Argentina fornecia carne, lã, couro etc. a preços muito baixos, que possibilitavam salários baratos na Inglaterra, o que significava que a indústria inglesa podia dominar o mundo. Jorge Ramos, inclusive, designa a Argentina, pelo menos até Perón, como o sexto domínio, o domínio não oficial da Inglaterra. Houve uma divisão perfeita: o fazendeiro ficava no gado e o resto os ingleses faziam. Tudo o que se fez na Argentina foi o inglês quem fez; a ferrovia, tudo enfim. Aqui também foram eles que fizeram, mas lá fizeram muito mais. Para se ter uma idéia de como eles eram adiantados em relação a nós, basta se pensar no metrô de Buenos Aires. Lá, a primeira linha de metrô tem 70 anos, a de São Paulo tem meia dúzia de anos;

60 anos antes de nós eles fizeram o metrô, mas, depois que saíram os ingleses, eles não construíram nem um quilômetro mais. Por quê? Porque o poder econômico ainda continua na mão do fazendeiro. Eles estão esperando o ano 2.000, o ano 2.000 vai ser o ano de quem possuir alimento.

Enéas Souza – Eu gostaria de fazer uma última pergunta. Em relação à experiência que vocês tiveram, como é que vocês vêem a realidade gaúcha hoje, com todas essas transformações ocorridas, sobretudo as transformações ocorridas no campo, que são muito importantes, que representam quase que uma derrota do setor rural. Eu gostaria também que vocês tratassem da relação entre Rio Grande do Sul e Brasil.

Limeira Tejo – Eu, na verdade, não tenho uma idéia clara, pois estou fora do Rio Grande do Sul há muito tempo e não me interessei mais por esses assuntos depois que me aborreci de lutar em vão. Entretanto eu penso que o problema do Estado é o problema da terra. A grande terra e a pequena terra. O meu plano era juntar a pequena propriedade, no mínimo de 200ha, porque esse é o espaço mínimo para o trabalho da máquina, para a adubagem e para aragem. O Governo que resolver o problema do minifúndio, resolve a metade do problema. O minifúndio tem que ser dirigido. A princípio, pelo Governo, de maneira que depois ele vá saindo e deixando que as cooperativas e os condomínios se expandam. Nada de paternalismo, o agricultor tem que pagar o preço justo para saber quanto custou. Não é possível resolver o problema do minifúndio com distribuição de propriedades de 10 hectares, que serão forçosamente deficitárias, e, além disso, porque não tem trabalhador. Então, o problema é fixar essa população que é imensa, que está marginalizada, e está com a terra quase estéril, porque nunca fez correção, e a erosão come tudo. O problema do latifúndio é possível resolver. Quando eu tive a idéia, não havia dinheiro; no meu tempo, precisava-se de 200 contos, o que equivalia a 10 milhões de dólares, e não havia possibilidade, mas hoje o BNH tem dinheiro, e uma das funções que eu acho mais importante no BNH é a de fornecer recursos para resolver essas questões, mais importante do que a da casa própria que é uma ilusão. É impossível dar casa própria para todo mundo.

O problema da habitação no Brasil foi imaginado por Roberto Campos, não para dar casa a alguém, mas para sustentar a indústria da construção civil, a indústria comandada por especuladores imobiliários.

Paulo Schilling – Bem, eu confesso que estou muito desatualizado sobre a problemática atual do Estado, pois estive 15 anos e meio no exílio. Aliás, ilustrando exatamente essa crise que vive o Rio Grande do Sul, tanto em Montevideó como em Buenos Aires, a gente recebia às 15h o jornal do Rio de Janeiro e São Paulo e não recebia nenhum jornal de Porto Alegre. Eu consegui me manter durante esses anos absolutamente em dia com a economia nacional, mas não consegui acompanhar, de nenhuma maneira, o que acontecia aqui no meu Estado que é fronteira com Uruguai e Argentina. Às vezes, nos jornais nacionais, passa um mês sem sair notícias sobre o Rio Grande do Sul, é uma marginalização total. Eu confesso, portanto, que, de fato, não teria condições de traçar um paralelo entre o que escrevi na época e os problemas de hoje, com todos esses fatores novos: os problemas das cooperativas, os problemas da substituição de classes no poder. Algumas coisas são positivas, mas outras são dramáticas, como o problema da terra não resolvido. Bem, mas hoje eu estou vendo o Estado dentro do todo brasileiro e vejo a coisa mui-

to, muito difíceis. Quando voltei do exílio, há dois anos e meio atrás, no aeroporto de São Paulo — e eu voltei para São Paulo, não por gostar de morar em São Paulo, pois acredito que ninguém goste de morar na cidade de São Paulo, mas forçado por essa crise econômica que vive o Rio Grande do Sul, os jornalistas me perguntaram sobre o Brasil e eu disse que estava torcendo para que o Delfim acertasse. O pessoal, sabendo da minha vocação oposicionista, falou que era gozação, mas eu disse: — "é verdade, estou torcendo para que o Delfim acerte". Infelizmente, passaram dois anos e meio e a situação está dia-a-dia pior. Nós estamos com uma inflação de 100%, mesmo com o jogo de estatística, e uma dívida externa, que eles agora resolveram confessar, que até o fim do ano irá a 88 bilhões de dólares. Isso porque eles estavam ocultando 13,4 bilhões que é a dívida a curto prazo, que simplesmente tinham omitido nas estatísticas. E é um desenvolvimento tão desigual que, não sei quem é que disse, o Brasil é uma Suíça rodeada por não sei quantas Biafras. Quer dizer, é uma coisa tão séria, tão séria, que põe em risco até a unidade nacional. Foram criados problemas verdadeiramente explosivos: 37% da população carioca favelada; em São Paulo, aquele monstro com 12 milhões de habitantes, quer dizer, é uma situação praticamente insolúvel. Mas não é só uma crise brasileira. Eu participei há três semanas atrás, em Lima, de uma reunião com 40 partidos de oposição do chamado Cone Sul ampliado (ampliado porque participaram Peru e Equador) e, no primeiro dia, o representante de cada país fez uma exposição da situação de seu país, e é tudo igual. Terminou o primeiro dia com clima de velório, pois cada país estava pior que o outro, todos têm os mesmos problemas: dívida externa, inflação, corrupção, desemprego. Olhem, sem nenhum exagero e radicalismo infantil, pois eu já fiz muita autocrítica e felizmente superei a situação de 1961/64 — quando nós cometemos muitos erros e, fundamentalmente, cutucamos a onça com vara curta —, mas analisando com o conhecimento que a gente tem hoje, devido a vinculações profissionais, pode-se afirmar que não há mais solução tradicional, convencional, para esses oito países; eles têm que partir para coisas muito, muito radicais, não há aí nenhum exagero, isso é opinião geral em, pelo menos, esses oito países. Nenhum vai poder pagar a dívida externa. No caso do México, do Brasil e da Argentina, são mais de 200 bilhões de dólares, e imaginem que a Argentina é auto-suficiente em petróleo, o México exporta um milhão e meio de barris por dia. Então a situação é dramática, não é só o problema do Rio Grande do Sul que é dramático, é o problema do Brasil, é o problema da América Latina. Para concluir, eu gostaria de assinalar que o chamado modelo econômico brasileiro foi pensado como uma solução capitalista para os países do Terceiro Mundo e não há dúvida nenhuma que fracassou, está "fazendo água" por todos os lados. Na Argentina tentaram outras formas; lá, entre um Governo Peronista e outro, eles experimentaram tudo, desde o desenvolvimentismo equivalente ao de Juscelino até o corporativismo, tiveram mais de três tipos de monetarismo. O Perón voltou com o populismo e fracassou, agora, com os militares no poder, tentaram outra vez a escola de Chicago aliada à receita da trilateral e foi um fracasso total, absoluto. Então, sem nenhum sectarismo, já que, como eu disse, estou vacinado contra este sectarismo infantil dos anos 50 e 60, eu não vejo solução convencional para um país como o Brasil e para nenhum país da América Latina.

Limeira Tejo — Eu acho que há uma solução. Há um velho ditado na minha zona que diz: "quem não tem remédio, remediado está". Então eu acho

UNADA - PERIÓDICOS

Reg. 6726

Data 26.05.87

160

que nós não podemos fazer nada pelo Brasil, mas a história vai passar por peneira, por peneira ...

Claudio Accurso - Bem, a pergunta foi sobre o Rio Grande do Sul, mas acho muito bom a gente ter levantado a questão a nível de Brasil. Entretanto, como eu não teria muito mais a acrescentar em termos de Brasil, vou colocar uma questão a nível de Rio Grande do Sul que acho muito importante. O Estado, hoje, tem a sua agricultura participando em 20% do produto, 80% é urbano, ou seja, a economia gaúcha é hoje uma economia essencialmente urbana. Isso foi uma mudança muito recente, foi uma transformação muito rápida na economia gaúcha e, mesmo tendo um ritmo de produto menor que o brasileiro, o Rio Grande do Sul tem mantido sua posição em termos de renda "per capita" por causa da saída de sua população. Entretanto isso é uma solução que vai terminar, não se pode contar mais com essa solução pelo seguinte: o Brasil, a partir dessa última década, começou a reduzir a sua população rural. Não é a taxa que baixa, é a população que se reduz, ou seja, nós estamos hoje, em termos absolutos, produzindo com menos gente. Isso significa que toda a problemática do emprego brasileiro, e consequentemente a do Rio Grande do Sul, vai ser urbana, ou seja, o Estado tem que enfrentar a questão da sua industrialização e da sua produção de serviços. Porque se o Rio Grande do Sul pensar que vai jogar gente, fazendo migração rural versus rural, como sempre fez, essa migração vai ter como contrapartida a migração rural versus urbano dos outros, pois o Brasil está dispensando gente da agricultura. Conseqüentemente, está tentando a solução urbana, e os empregos que estão sendo criados lá, não estão sendo criados aqui, assim nós vamos perder de vez nossa posição. Quer dizer, o problema gaúcho de hoje, até o fim do século, é um problema de saber conquistar posições na economia urbana brasileira que vai ser acrescentada. Eu acho que esse é o grande problema atual do Estado, independentemente dos problemas agrícolas, da pequena propriedade, das milhares de famílias a quem se tem que dar solução, das técnicas que se tem que encontrar para dar sustentação às pequenas propriedades, dos problemas de levar pesquisas e assistência técnica a essa gente. Tudo isso é muito importante, mas nada é mais fundamental, numa estratégia para o Rio Grande do Sul, do que saber se posicionar para uma conquista de economia urbana até o fim do século, porque, senão, vai perder definitivamente a sua oportunidade no Brasil.